

## I. Objetivo

1. A presente Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleias (“Política de Voto”) aplica-se aos fundos de investimento sob a gestão de recursos da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (“Gestor de Recursos”) e cuja política de investimento, estabelecida no Regulamento, autorize a alocação em ativos financeiros que contemplem o direito de voto em assembleias.
2. Excluem-se da presente Política de Voto (i) os fundos de investimento exclusivos ou restritos que prevejam em seus regulamentos cláusula que não obriga a adoção da Política de Voto pelo Gestor de Recursos; (ii) os ativos financeiros de emissor com sede social fora do Brasil; e (iii) os certificados de depósito de valores mobiliários.
3. O exercício do direito de voto em assembleia é atribuição da Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos e deve ser parte integrante da política de investimento do fundo de investimento.
4. A presente Política de Voto está em consonância com a Instrução CVM nº 555, de 17/12/2014, e demais regulamentações relacionadas, com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento e com as Diretrizes de Política de Exercício de Voto em Assembleias do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

## II. Princípios Gerais

5. O Gestor de Recursos, no cumprimento das disposições dessa Política de Voto, em especial quanto às matérias relevantes obrigatórias, deve exercer o direito de voto de forma diligente, como regra de boa governança e buscar sempre a proteção dos interesses dos cotistas do fundo de investimento que representa.
6. São normas de conduta do Gestor de Recursos na aplicação da Política de Voto:
  - a) Exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o fundo de investimento, empregando o cuidado e a diligência que toda a pessoa ativa e proba costuma dispensar à administração de seus próprios negócios;
  - b) Atuar com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e do fundo de investimento, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua gestão de recursos;

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Data da Revisão	Aprovação	Página
1ª	( ) confidencial ( ) uso interno (x) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê de Investimentos, Comitê de Recursos de Terceiros Nível I e Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros	Página 1 de 5

- c) Exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do fundo de investimento, ressalvado o que dispuser o regulamento sobre a política relativa ao exercício de direito de voto; e
- d) Empregar, na defesa dos direitos do cotista, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los e adotando as medidas judiciais cabíveis.

### III. Matérias Relevantes Obrigatórias

7. Constituem matérias relevantes obrigatórias em que o exercício da Política de Voto é obrigatório:

I. No caso de ações, seus direitos e desdobramentos:

- a) Eleição de representantes de minoritários no Conselho de Administração, se aplicável;
- b) Aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);
- c) Aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento do Gestor de Recursos, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelo fundo de investimento; e
- d) Demais matérias que impliquem tratamento diferenciado.

II. No caso de ativos financeiros de renda fixa ou mista: alterações de prazo ou condições de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado e recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação.

III. No caso de cotas de fundos de investimento:

- a) Alterações na política de investimento que alterem a classe CVM ou o tipo ANBIMA do fundo de investimento;
- b) Mudança de administrador ou gestor que não entre integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;
- c) Aumento de taxa de administração ou criação de taxas de entrada e/ou saída, bem como aumento de taxas de entrada e/ou saída;
- d) Alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;
- e) Fusão, incorporação ou cisão que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores;
- f) Liquidação do fundo de investimento; e

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Data da Revisão	Aprovação	Página
1ª	( ) confidencial ( ) uso interno (x) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê de Investimentos, Comitê de Recursos de Terceiros Nível I e Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros	Página 2 de 5

g) Assembleia de cotistas, nos casos de iliquidez (Art. 39 da ICVM nº 555).

8. Ainda que se trate de matéria relevante obrigatória, o exercício da Política de Voto será facultado, a exclusivo critério do Gestor de Recursos, nos seguintes casos:

- a) A assembleia ocorrer em cidade que não seja capital de Estado e não seja possível o voto à distância;
- b) O custo relacionado com o exercício do voto não for compatível com a participação do ativo financeiro no fundo de investimento;
- c) A participação total dos fundos de investimento sob a gestão do Gestor de Recursos, sujeitos à Política de Voto, na fração votante na matéria, for inferior a 5% (cinco por cento) e nenhum fundo de investimento possuir mais que 10% (dez por cento) de seu patrimônio líquido no ativo financeiro em questão;
- d) As informações disponibilizadas pela empresa não forem suficientes, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos, para a tomada de decisão;
- e) Se houver situação de conflitos de interesse; ou
- f) Se a ordem do dia não contiver as matérias relevantes obrigatórias.

#### **IV. Situações de Potencial Conflito de Interesses**

9. Diante da existência de potencial conflito de interesse, a Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos analisa a situação, caso a caso, e submete para parecer do Comitê de Investimentos e à deliberação da Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros, quanto à conveniência de exercer o direito ao voto.

10. São consideradas situações de potencial conflitos de interesse, dentre outras, aquelas em que (i) o ativo financeiro seja de emissão do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul” e “Administrador Fiduciário”), empresa do mesmo conglomerado ou grupo financeiro ou empresa cujo controle acionário tenha relação com o acionista majoritário do Banco; (ii) o voto em assembleia possa, de alguma forma, afetar os interesses do Banrisul, da empresa do mesmo conglomerado ou grupo financeiro ou empresa cujo controle acionário tenha relação com o acionista majoritário do Banco.

#### **V. Processo Decisório de Voto**

11. A Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos é a responsável pelo controle e pela execução dos procedimentos descritos nessa Política de Voto.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Data da Revisão	Aprovação	Página
1ª	( ) confidencial ( ) uso interno (x) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê de Investimentos, Comitê de Recursos de Terceiros Nível I e Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros	Página 3 de 5

12. A tomada de decisão, registro e formalização dessa Política de Voto, considera os seguintes procedimentos:

- a) A Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros analisa cada uma das assembleias convocadas pelos emissores/emissões dos ativos financeiros que contemplem o direito de voto, identificando se constituem matérias relevantes obrigatórias ou matérias facultativas e, inclusive, possíveis conflitos de interesse;
- b) A análise com a indicação de voto é submetida ao Comitê de Investimentos, que emite parecer para deliberação da Diretoria de Gestão de Recursos Terceiros;
- c) Se a deliberação da Diretoria de Gestão de Recursos Terceiros for pela participação na assembleia, a Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros requisita ao Administrador Fiduciário a representação legal do fundo de investimento para o exercício do direito de voto, sendo as análises e as decisões registradas em atas do Comitê de Investimentos.

13. Os votos proferidos pelo Gestor de Recursos nas assembleias são comunicados aos cotistas dos fundos de investimento por meio da rede mundial de computadores, no site [www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br), acessando a área temática Investimentos.

## VI. Das Disposições Gerais

14. Cabe ao Administrador Fiduciário dar condições para o exercício da Política de Voto, sempre que requisitado em tempo hábil pelo Gestor de Recursos, fornecendo representação legal do fundo de investimento para o exercício do direito de voto em assembleias dos ativos financeiros que compõem a respectiva carteira.

15. Cabe ao Gestor de Recursos, mensalmente, encaminhar ao Administrador Fiduciário o resumo do teor dos votos proferidos no mês imediatamente anterior e a justificativa sumária do voto proferido ou a razão sumária para eventual abstenção ou não exercício do direito de voto.

16. Cabe ao Gestor de Recursos registrar na ANBIMA a versão integral e atualizada desta Política de Voto.

17. As condições operacionais que viabilizam o exercício de voto estabelecido nessa Política de Voto foram acordadas pelo Gestor de Recursos com o Administrador Fiduciário.

18. As atividades de *compliance*, assim entendidas as ações de verificação de conformidade dessa Política de Voto, são de atribuição da Controladoria

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Data da Revisão	Aprovação	Página
1ª	( ) confidencial ( ) uso interno (x) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê de Investimentos, Comitê de Recursos de Terceiros Nível I e Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros	Página 4 de 5

do Administrador Fiduciário que conta com Agentes de Controles Internos nas unidades de negócios para atuar na implantação das ações necessárias à melhoria dos controles internos.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Data da Revisão	Aprovação	Página
1ª	( ) confidencial ( ) uso interno (x) pública	26/7/2017	A qualquer momento	Comitê de Investimentos, Comitê de Recursos de Terceiros Nível I e Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros	Página 5 de 5